

# COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Brasília – DF, dezembro de 2017

## LEGISLAÇÃO COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- Constituição Federal, de 05 de Outubro de 1988. (Art. 201)
- **Lei n.º 9.796, de 05 de Maio de 1999. Lei 12.348, 15 de dezembro de 2010 -( Prorrogação estoque)**
- **Decreto n.º 3.112, de 06 de Julho de 1999.**
- Decreto n.º 3.217, de 22 de Outubro de 1999,
- Decreto nº 6900, de 15 de julho de 2009. Pagamento Estoque
- **Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de Dezembro de 1999, alterada pela PT MPS 98, de 06/03/07, PT MPS 287, de 05/11/09 E Portaria MPS nº 65, de 13 de Fevereiro de 2013.**
- Portaria Interministerial nº 410, de 29 de julho de 2009. - Pagamento Estoque
- Instrução Normativa nº 45/ INSS/PRES, 06 de agosto 2010
- Instrução Normativa nº 50/INSS/PRES, 04 de Janeiro de 2011
- Portaria Conjunta PGFN/RFB/INSS nº 01, de 21 de março de 2013
- Portaria MPS nº 156, de 28 de Março de 2013
- Orientação Interna nº 102, 20 de setembro de 2004.

# Constituição Federal

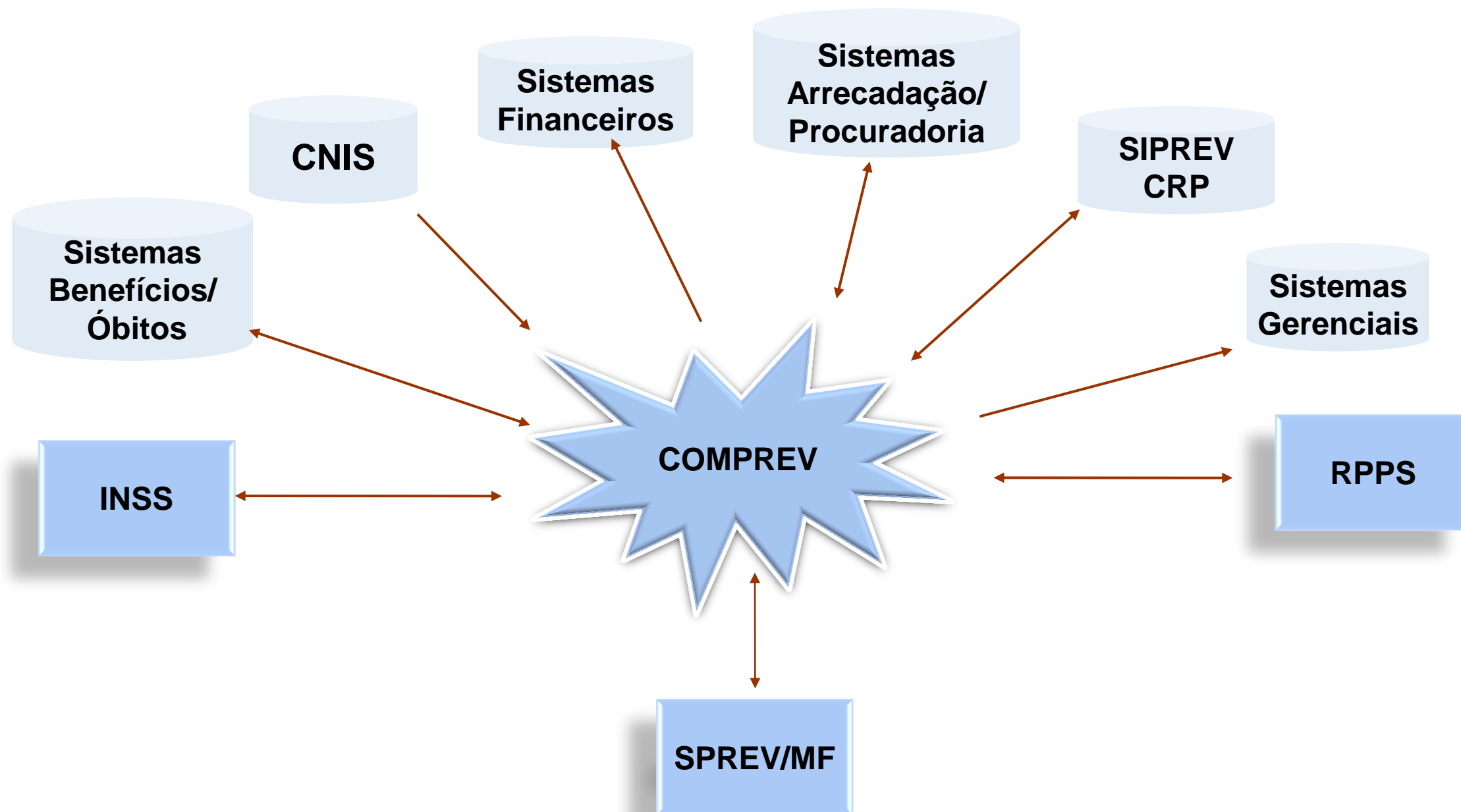
Art. 201 .....  
.....

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

# O QUE É COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA?

- **É o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, representado pelo MPS/INSS e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores – RPPS, dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal nos casos de contagem de tempo de contribuição para efeitos de aposentadorias e pensões**

# INTERFACES



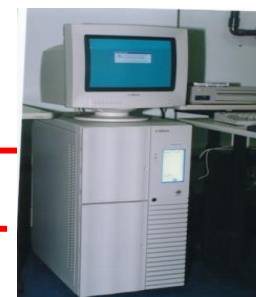
**Scaneamento dos documentos  
de cada processo**



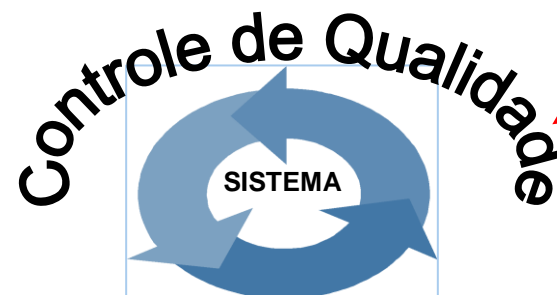
- INSS
- RPPS

**Transmissão de imagens  
digitalizadas**

**Servidor  
Internet  
Intranet**



**DATAPREV**



**Repositório de  
Imagens**



**DATAPREV**

**INSS**

**Consulta  
Imagens  
Aprovadas**

**RPPS**

**INSS**

**Análise do  
Requerimento**

**RPPS**

# REQUERIMENTO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Solicitação de  
Requerimento



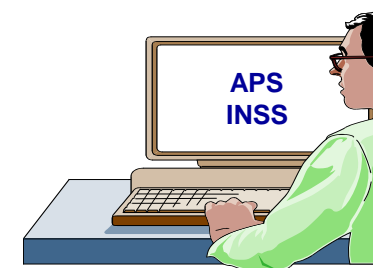
- INSS
- RPPS

Críticas



DATAPREV

Análise /  
Concessão e Ajuste



- RPPS
- INSS



O Pagamento Será  
Creditado por meio da  
Rede Bancária

## ESTOQUE E FLUXO

- É considerado “**estoque**” o montante dos valores de compensação devidos no período de 05/10/1988 a 05/05/1999.
- **Fluxo do passivo** são os valores de compensações atrasados, devidos a partir de 06/05/1999. O valor relativo ao “fluxo do passivo” é pago de uma única vez junto com o pagamento da primeira parcela mensal da compensação relativa ao requerimento deferido



## Regime de Origem

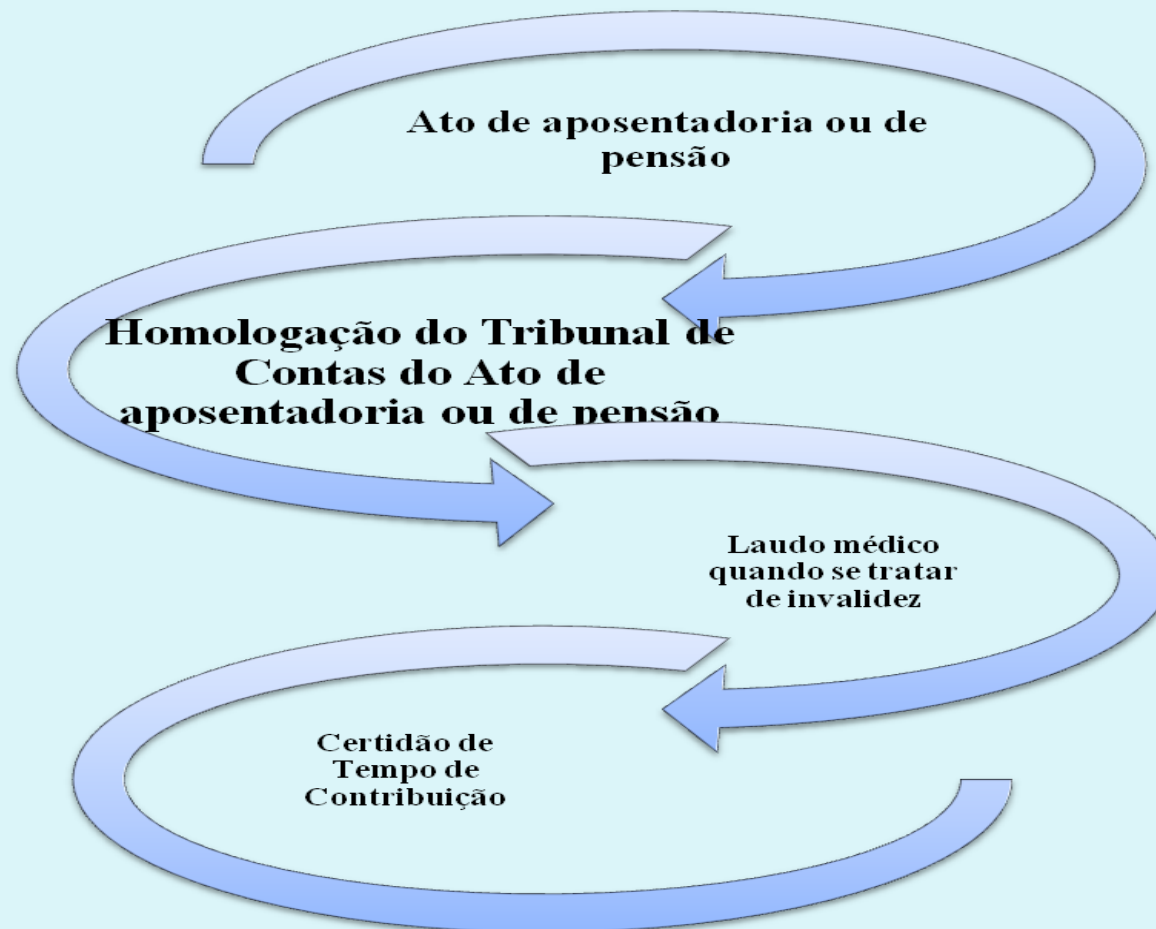
**É o regime para o qual durante o “período laborativo, considerado para a concessão do benefício, o trabalhador efetuou contribuições”, sem se aposentar por esse regime.**

## Regime Instituidor

**É o regime que “instituiu” o benefício previdenciário, sendo responsável pela sua gestão e pagamento.**

**Tendo, portanto, o ônus de arcar com o custeio do benefício ao segurado ou para com seus beneficiários no caso de pensão.**

**Documentos para envio via Sistema COMPREV ao INSS**



**Requerimentos para envio ao RPPS**

**Certidão de  
Tempo de  
Contribuição**



**Laudo médico  
quando se tratar  
de invalidez**

# Situação atual da pagamento do “ESTOQUE” de compensação previdenciária em relação a Estados e Municípios

## VALORES PAGOS DE FLUXO E ESTOQUE ATÉ 06/2017 DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ANTERIORMENTE CITADA

<u>Tipo</u>	<u>Período</u>	<u>Pagos pelo Regime Geral</u>	<u>Pagos pelos RPPS</u>
FLUXO	1999 até 06/2017	17,1 bilhões	860 milhões
Estoque	03/2013 a 06/2017	709 milhões <sup>1</sup>	8,2 milhões

1) Valores pagos somente a Municípios, sendo que os valores de estoque em relação aos estados ainda não começaram a ser quitados.

## Informações relevantes sobre o “ESTOQUE” da compensação com os Municípios

- Aproximadamente **98% dos Municípios** já tiveram ou estão na iminência de ter seu estoque **completamente quitado**.
- Somente 09 Municípios com valores de “ESTOQUE” ainda a receber que, em junho de 2017, perfazia o montante de R\$384.572.060,06<sup>2</sup>

2) O valor do estoque total dos Municípios corresponde a R\$396.823.440,61 sendo que a diferença de aproximadamente 12 milhões informados para os 09 Municípios com compensações financeiras a serem pagas decorre da opção metodológica de excluir os entes com valores a receber inferiores a 1,6 milhão de reais

## Valor de “estoque” a ser pago aos 09 Municípios

UF	ENTE	OBJETOS	VALOR TOTAL	GLOSA	VR PAGO	SALDO
SP	SAO PAULO (CAPITAL)	14.813	141.322.246,49	27.624,19	20.280.402,37	<b>121.014.219,93</b>
RJ	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	15.364	136.084.301,47	264.147,35	24.262.772,68	<b>111.557.381,44</b>
SP	CAMPINAS	2.175	91.483.034,73	0	21.358.633,58	<b>70.124.401,15</b>
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	1.482	54.822.862,16	2.796,21	24.451.225,49	<b>30.368.840,46</b>
SP	CUBATAO	297	17.262.816,52	0	2.854.397,76	<b>14.408.418,76</b>
RJ	NOVA IGUACU	1.026	19.615.488,33	19.451,74	9.300.859,00	<b>10.295.177,59</b>
GO	GOIANIA	1.004	12.459.041,26	0	2.474.220,74	<b>9.984.820,52</b>
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	654	29.533.360,25	0	19.784.328,53	<b>9.749.031,72</b>
RJ	DUQUE DE CAXIAS	1.527	17.224.309,44	0	10.154.540,95	<b>7.069.768,49</b>

## Informações relevantes sobre o “ESTOQUE” da compensação com os Estados

- Em virtude da prioridade de pagamento do estoque prevista no art. 17-A da Portaria MPAS nº. 6.209/2009 (com redação dada pela Portaria MPS nº. 156/2013), ainda não houve pagamento de valores relativos ao “ESTOQUE” para os Estados.
- O valor total de “ESTOQUE” devido aos Estados é de **R\$2.199.713.371,18.**



## Lista dos Estados com mais de 100 milhões de reais a receber de “ESTOQUE”

Ente Federativo		Objetos	Valor estoque	Valor Glosa	VALOR
BA	BAHIA	8.423	125.963.100,70	38.946,39	<b>125.924.154,31</b>
MG	MINAS GERAIS	8.662	145.499.940,67	180,6	<b>145.499.760,07</b>
PR	PARANA	14.100	177.797.436,75	217.334,04	<b>177.580.102,71</b>
RJ	RIO DE JANEIRO (ESTADO)	13.488	179.104.633,33	163.231,45	<b>178.941.401,88</b>
RS	RIO GRANDE DO SUL	18.593	110.854.653,99	7.455,80	<b>110.847.198,19</b>
SP	SAO PAULO (ESTADO)	26.957	252.143.837,94	30.662,39	<b>252.113.175,55</b>
DF	DISTRITO FEDERAL	11.547	793.701.372,43	2.084.629,51	<b>791.616.742,92</b>

# Proposta de solução para quitação do “ESTOQUE” – Lei nº. 13.485, de 02 de outubro de 2017

## Art. 10 da Lei nº. 13.485, de 2017

### Regras para pagamento do “ESTOQUE” da compensação – Exercício de 2017

#### **REGRAS PARA PAGAMENTO DE ESTOQUE ATÉ O EXERCÍCIO DE 2017:**

- Previsão de pagamento apenas para Municípios;
- Aplicação da regra já estabelecidas no art. 14-A introduzido no Decreto nº. 3.112 pelo Decreto nº. 6.900, de 2009:
  - Pagamento em parcela única, se a dívida não superar 500 mil reais;
  - Pagamento em parcelas mensais, de até 500 mil reais, se o crédito for superior a esse valor

## Art. 10 da Lei nº. 13.485, de 2017

### Regras para pagamento do “ESTOQUE” da compensação – A partir de 2018

#### **REGRAS PARA PAGAMENTO DE ESTOQUE A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2018:**

- Pagamento a Municípios, Estados e DF;
  - Parcela única, se o crédito não superar 1,5 milhão de reais;
  - Pagamento em parcelas mensais, de até 1,5 milhão de reais;
  - Até 180 parcelas. No caso de o prazo superar 180 meses, o valor da parcela mensal será majorado para permitir o pagamento nesse prazo.
  - Poderá ser utilizada a dação em pagamento de imóveis do RGPS
- O pagamento depende da desistência de eventuais ações judiciais relacionadas à dívida compensada, sendo que o ajuizamento de novas ações implica em causa de extinção do pagamento.

## Prazo para quitação do “ESTOQUE” de compensação com os Estados de acordo com a regra do art. 10 da Lei nº. 13.485, de 2017

Quitação por Ano e UF		
Prazo (em anos)	Quantidade	UF
Até 01	11	ES, PI, MA, MS, GO, RN, SE, RO, AM, TO, PA
01 a 02	3	MT, PE, AC
02 a 03	1	CE
03 a 04	2	AL, PB
05 a 06	1	SC
06 a 07	2	BA, RS
08 a 09	1	MG
09 a 10	2	PR, RJ
13 a 14	1	SP
44 anos*	1	DF

**\*Nessa hipótese incide o limitador de 180 meses, motivo pelo qual a parcela mensal inicial deverá ser reajustada para R\$4.397.870,79**

## IMPACTOS DAS AÇÕES CÍVEIS ORIGINÁRIAS

### **ACO 2.998 (Distrito Federal):**

- **DEFERIDA** a tutela provisória de urgência pelo Ministro Barroso, em 22 de agosto de 2017, nos seguintes termos

*“Diante do exposto, defiro o pedido de tutela de urgência, de modo a **autorizar a retenção pelo Distrito Federal, com o subsequente repasse ao IPREV/DF, do montante mensal das contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral de Previdência Social**, até o valor do estoque da compensação previdenciária escriturado pelo INSS, constante do relatório do sistema Dataprev emitido em 03.07.2017”*

### **ACO 2.712 (São Paulo)**

- **DEFERIDA** a tutela provisória de urgência, em 25 de outubro de 2017, referenciando a fundamentação do voto do Ministro Barroso na ACO 2.998

### **ACO 3.046 (Minas Gerais):**

- **INDEFERIDA** a liminar pela Ministra Rosa Weber, em 20 de novembro de 2017. Utiliza como um dos fundamentos o limite de pagamento inserido pela Lei nº. 13.485, de 2017

## Derrubada pelo Congresso Nacional do veto aos arts. 11 e 12

### Os artigos foram vetados sob o seguinte fundamento:

*“O dispositivo viola a Constituição sob diversos aspectos, ao ferir o princípio da igualdade tributária, consagrado pelo artigo 150, II, do texto constitucional, bem como ao veicular norma geral tributária que demanda lei complementar, a teor do artigo 146, III, ‘b’ (compensação de créditos tributários prescritos). Além disso, institui colegiado no âmbito da administração pública federal, matéria cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo Federal, e estabelece aos integrantes do Ministério Público o exercício de atividades estranhas às suas competências institucionais, em afronta aos artigos 2º; 61, § 1º, II, ‘e’; e 128, § 5º da Constituição.*

*Vetado o artigo 11, impõe-se, por arrastamento, veto do art. 12 do projeto de lei de conversão.”*

## Temas tratados nos arts. 11 e 12 da Lei nº. 13.485, de 2017

- Encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do RGPS, a ser concluído em noventa dias, contados do ingresso do requerimento por parte do Município;
- Cria o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que contará com representantes indicados pela União, pelos Municípios e pelo Ministério Público, em composição a ser definida por meio de decreto do Poder Executivo em até cento e oitenta dias contados da promulgação da Lei nº. 13.485, de 2017.



Art. 11. O Poder Executivo federal fará a revisão da dívida previdenciária dos Municípios, com a implementação do efetivo encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de:

I - valores referentes à compensação financeira entre regimes de previdência de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999;

II - valores pagos indevidamente a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais prevista na alínea *h* do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

III - valores prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, que declara inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - valores referentes às verbas de natureza indenizatória, indevidamente incluídas na base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, tais como:

a) terço constitucional de férias;

b) horário extraordinário;

c) horário extraordinário incorporado;

d) primeiros quinze dias do auxílio-doença;

e) auxílio-acidente e aviso prévio indenizado;

V - valores pagos incidentes sobre as parcelas indenizatórias na base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VI - valores devidos e não pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes ao estoque previdenciário nos termos da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, relacionados ao período de outubro de 1988 a junho de 1999;

VII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores em comissão que possuem vinculação com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no cargo ou emprego de origem;

VIII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de agentes políticos que antes da publicação da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, possuíam vínculo funcional com o RPPS na origem;

IX - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.

§ 1º O encontro de contas de que trata o caput deste artigo poderá dispor sobre multas de mora e de ofício, juros de mora, encargo de sucumbência e demais encargos de natureza pecuniária, bem como sobre valores oferecidos em garantia ou sobre situações em que a interpretação da legislação relativa a obrigações tributárias seja conflituosa ou litigiosa.

§ 2º O encontro de contas compreenderá matérias objeto de ações de repetição de indébito.

§ 3º O encontro de contas deverá ser conclusivo e final quanto à interpretação de conceitos indeterminados do direito ou à identificação e relevância do fato.

§ 4º O prazo para a conclusão do processo de encontro de contas será de noventa dias, contados do ingresso do requerimento por parte do Município.

§ 5º Não obstará a adesão ao parcelamento previsto nesta Lei a eventual discordância entre as partes, que deverá ser efetuado pelo valor ao final apurado no encontro de contas.

§ 6º O valor controvertido poderá ser objeto de revisão pelo Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal por meio de requerimento efetuado pelo Município interessado em até trinta dias contados da conclusão do encontro de contas.

§ 7º A diferença apurada ao final da revisão deverá ser deduzida ou incorporada ao parcelamento, atualizada na mesma forma dos índices constantes do art. 99 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 8º Fica instituído o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que contará com representantes indicados pela União, pelos Municípios e pelo Ministério Público, em composição a ser definida por meio de decreto do Poder Executivo em até cento e oitenta dias contados da promulgação desta Lei.

Art. 12. O Poder Executivo disciplinará em regulamento os atos necessários à execução do disposto no art. 11 desta Lei”.

# OBRIGADO!

**Benedito Adalberto Brunca**

Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social

SRGPS/SPREV/MF

[Benedito.brunca@previdencia.gov.br](mailto:Benedito.brunca@previdencia.gov.br)